

Dicionários escolares e ensino de língua materna

(Learner's dictionaries and mother tongue teaching)

Maria da Graça Krieger¹

¹ PPG Linguística Aplicada – Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS/RS)

Grupo TermiLex

mkrieger@unisinos.br

Abstract: A dictionary represents a privileged source of learning about a language, but its use is not widespread in school environment. This is due mainly to the fact that Lexicography is not included in the training of Brazilian teachers, turning the dictionary into an unknown object, despite its large importance as a teaching tool. It should be underscored that an abridged dictionary is not synonymous with a learner's dictionary, given that there are specific works for teaching purposes. It is duty of a teacher to choose a dictionary that suits his/her teaching projects, because dictionaries differ from each other. The relationships between the type of dictionary and its adequacy to teaching levels and projects, as well as the output from its use, determine a new field of study that makes its way into Linguistics – the so-called learner's or Pedagogical Lexicography – whose principles and development underlie the aims of this paper.

Keywords: language dictionary; pedagogical lexicography; teaching tool.

Resumo: O dicionário consiste num lugar privilegiado de lições sobre a língua, mas sua utilização é limitada na escola. Isso se deve muito ao fato de que estudos de Lexicografia não integram a formação de professores no Brasil, tornando o dicionário um objeto desconhecido, apesar de ser um importante instrumento didático. Salienta-se que minidicionário não é sinônimo de dicionário escolar, posto que há uma tipologia de obras adequadas ao ensino. Cabe ao professor escolher o dicionário adequado aos seus projetos de ensino, já que nem todas as obras são iguais. As relações entre tipo de dicionário e adequação a etapas e projetos de ensino, bem como a produtividade de seu uso circunscrevem um novo campo de estudos que adentra a Linguística - a Lexicografia Didática ou Pedagógica - cujos princípios e desenvolvimento motivam este artigo.

Palavras chave: dicionário de língua; lexicografia pedagógica; instrumento didático.

Pensamentos iniciais

Todo professor de língua materna que busca realizar sua tarefa de forma competente utiliza dicionários em suas aulas. A adoção de um dicionário como um dos instrumentos didáticos básicos do ensino de língua justifica-se porque esse tipo de obra oferece, de forma sistematizada, informações sobre o léxico, seus usos e sentidos, bem como pode trazer informações de natureza histórica e gramatical dos itens lexicais entre outros elementos. Em virtude do conjunto das informações que encerra, o dicionário constitui-se em lugar privilegiado de lições sobre a língua (KRIEGER, 2003). Bem entendido, estamos fazendo referência ao chamado dicionário de língua, a mais prototípica das obras de referência linguística.

Embora o dicionário seja de grande valia ao aprendizado linguístico, seu uso tende a ser limitado a dúvidas sobre a existência ou não de alguma palavra, sobre significados dos itens lexicais e sua grafia. Esses são, comprovadamente, os itens privilegiados nas consultas de usuários conforme pesquisas realizadas com alunos e professores (AZORÍN FERNANDES, 2007).

Alguns fatores particulares explicam que o conjunto de informações que a Lexicografia costuma oferecer não é devidamente aproveitado em inúmeras situações de ensino. Em primeiro lugar, está o desconhecimento do potencial informativo do dicionário com sua intrínseca dimensão didático-pedagógica. Agrega-se aí o fato de que, no Brasil, o professor não costuma estar instrumentalizado para um trabalho mais sistemático e produtivo com dicionários. Em nosso meio, os cursos de formação não têm tradição de oferecer conhecimentos a respeito de Lexicografia tanto teórica, quanto aplicada. Os mestres:

[...] conscientes da importância desse aprendizado prévio, não sabem como fazê-lo de uma forma conveniente, pois embora as autoridades educativas recomendem, desde cedo, o uso de enciclopédias e dicionários para que o aluno busque informações e resolva dúvidas na compreensão dos textos, não oferecem orientações metodológicas de como fazê-lo. (PRADO ARAGONÉS, 2001, p. 210)

Apesar dessa lacuna em sua formação, é muito comum que o docente tenha de dar uma resposta para a constante e difícil pergunta: qual é o melhor dicionário? Com dificuldades para definir critérios científico-pedagógicos para avaliar a vasta lexicografia existente na língua portuguesa, a tendência é escolher autores consagrados na Lexicografia. Mais ainda, o docente acaba se submetendo a uma lógica comercial e a critérios práticos, como o custo e o peso do livro. Dessa forma, como temos dito, deixa de fazer uma análise crítica que lhe permita avaliar e comparar obras para indicar a mais qualificada e a mais apropriada ao seu projeto de ensino, ao nível de escolaridade de seu aluno (KRIEGER, 2003, p. 71).

De fato, o dicionário é um objeto bastante desconhecido do ponto de vista estrutural. Ao mesmo tempo, persiste uma equivocada compreensão de que todas as obras lexicográficas monolíngues são iguais e isentas de subjetividade e equívocos, já que representam o saber linguístico coletivo. Como tal a obra dicionarística, em geral, é inquestionável, fator que se vincula à quase total inexistência de estudos críticos lexicográficos. Além disso, a ideia de representação dos parâmetros de usos e sentidos dos itens lexicais de um idioma confere ao dicionário de língua a força de instrumento social normativo. Tanto assim é que se chama obra de referência linguística, o que leva o cidadão a tomá-lo como medida de existência das palavras. Na verdade, se as palavras são ditas e circulam socialmente, elas têm existência, mesmo que ainda não registradas em dicionários, como é o caso típico dos neologismos. De certa forma, o registro de uma palavra nos dicionários de língua equivale a uma oficialização de sua existência, tal como uma “certidão” de nascimento. Em razão disso, o dicionário funciona como um cartório de palavras.

Essas visões tradicionais dificultam as aproximações críticas aos dicionários, ao que se soma a ausência de parâmetros lexicográficos de natureza qualitativa. O componente *qualidade*, em geral, não é questionado por razões já referidas, mas também porque a sociedade julga que elaborar um dicionário não é algo complexo. Ao contrário, basta listar as “palavras” e apresentá-las sob a forma de entradas alfabéticas, seguidas de informações formatadas ao modo tradicional da organização dos verbetes.

Entretanto, as obras lexicográficas são elaboradas com regras próprias de seu gênero. Em decorrência, apresentam diferentes propostas lexicográficas, diferenças de princípios de registro léxico e de dados informativos, o que se reflete na extensão de nomenclatura e no tratamento dos itens léxicos entre outros aspectos. Esses componentes são, largamente, dimensionados em função do usuário visado, fator de grande relevância

para a Lexicografia moderna. Cada vez mais, as publicações lexicográficas apresentam propostas específicas em função de suas finalidades e dos consulentes visados. Assim, antes que uma simples listagem, os dicionários são tipos de textos, com características próprias, e, como tal, não são isentos de subjetividade e, tampouco, neutros.

A compreensão do dicionário como texto, fortemente moldado pela projeção das necessidades de um consulente, torna-se importante para seu uso como instrumento didático. No contexto da relação dicionário-ensino, é ainda importante salientar que não há apenas “um” ou “o” dicionário escolar, mas dicionários escolares que constituem uma categoria de obras de referência adequadas ao ensino em suas diferentes etapas. Assim como o professor é levado a escolher materiais didáticos adequados aos seus projetos de ensino, precisa também fazer escolhas pertinentes no campo da Lexicografia de valor pedagógico.

O viés das relações entre tipo de dicionário e adequação a etapas de ensino, bem como a produtividade de seu uso, circunscrevem um novo campo de estudos que adentra a Linguística — a Lexicografia Didática ou Pedagógica — cujos princípios abordamos em sequência.

A ciência lexicográfica em direção à Lexicografia Pedagógica

Inicialmente, vale lembrar que a Lexicografia é tradicionalmente definida como arte e técnica de produzir dicionários:

Uma atividade prática existe desde a antiguidade, cujo objeto é, precisamente, as unidades lexicais, e que é destinada a classificar os signos, segundo uma ordem conveniente e a dar informações sobre seu assunto é a lexicografia ou técnica dos dicionários. (REY, 1970, p. 19)

Ao lado dessa dimensão aplicada que permite falar da produção de dicionários seja de língua materna, seja de língua estrangeira, o termo *lexicografia* traz consigo uma outra perspectiva que se alinha à primeira. Trata-se da Lexicografia teórica, também denominada de Metalexicografia, cuja natureza reside no estudo das inúmeras faces da produção de dicionários.

De modo particular, a Lexicografia teórica volta-se ao léxico, observando as múltiplas faces que o compõem sempre à luz de seu tratamento dicionarizado. Assim, desenvolvem-se estudos de fundamentos linguísticos, em que se inclui, por exemplo, análise semântica das definições lexicográficas, entre tantas outras possibilidades. Tais estudos relacionam-se, em larga medida, às pesquisas de Lexicologia para que subsidiem a descrição e o funcionamento das unidades lexicais. São informações que estão presentes nos verbetes.

Em razão de seu objeto e, independente de seus fins teóricos ou aplicados, a Lexicografia integra as chamadas ciências do léxico, alinhando-se à própria Lexicologia e à Terminologia, sendo que esta última se ocupa dos termos técnico-científicos. Ao mesmo tempo, a Lexicografia é reconhecida como um ramo da Linguística Aplicada. Entende-se bem o lugar epistemológico da Lexicografia, ao se ler o pensamento que segue:

Se o objetivo da lingüística teórica é a pura aquisição de conhecimento em relação à estrutura e funcionamento das línguas, o objetivo último da lingüística aplicada é a proposição de soluções aos variados problemas que surgem na práxis lingüística. Este fato explicaria

o motivo de a lingüística aplicada estar composta por várias subáreas, com interesses e metodologias particulares; apesar de terem em comum, como já dissemos, a orientação a uma busca de soluções aos problemas reais originados onde há interação das línguas com o contexto social, isto é, com as necessidades dos falantes. (GUERRA, 2003, p. 36-37)

De fato, toda produção lexicográfica oferece informações de natureza cognitiva e de funcionalidade pragmática que respondem a perguntas dos falantes de um idioma, já que sistematiza o registro do componente lexical e seus modos de funcionamento. Cumpre não esquecer que os dados sistematizados não estão prontos e tampouco definidos. É preciso, portanto, identificá-los e organizá-los para produzir um texto dicionarístico, já que o léxico é um componente aberto, descontínuo e em constante mutação em razão do surgimento de novas palavras e do fato de que muitas caem em desuso. O léxico também comporta variações no plano semântico por meios de novos sentidos que se agregam ao já existente, configurando a dimensão polissêmica das palavras. Em consequência, compete ao dicionarista construir a rede de acepções das palavras polissêmicas.

De igual modo, as definições dos dicionários traduzem os sentidos coletivos, mas também representam uma sobremodalização do dizer coletivo, já que cabe ao lexicógrafo a elaboração dos enunciados definitórios. Por tudo isso, a Lexicografia aplicada acaba por “moldar” o léxico, a despeito de se tratar de “uma realidade complexa e diversamente abordada, instrumento indócil, dificilmente controlado e fascinante” (REY, 1977, p. 5).

Em síntese, a “moldagem” do léxico dá ideia de uma simplicidade natural e própria do universo das entradas e dos verbetes. No entanto, sob essa aparência de simplicidade, o conjunto de informações linguísticas, históricas e enciclopédicas compõe um texto de caráter didático de grande valia ao aprendizado de línguas.

Como todo texto é direcionado a um destinatário, também o dicionário precisa oferecer dados informativos adequados às distintas necessidades de consulta. Esse fator é determinante da escolha e modelagem das informações lexicográficas de acordo com a moderna ciência lexicográfica. Há, portanto, muitas implicações pragmáticas que estão refletidas na estrutura dos dicionários, sem que estes percam sua configuração tradicional. Trata-se de um avanço qualitativo da Lexicografia moderna, o que não significa que todas as obras sejam produzidas com esses parâmetros e com todo sucesso. Daí a importância de desenvolver estudos críticos que contribuam para uma avaliação criteriosa das obras usadas/adotadas na escola.

Tal perspectiva integra os propósitos da Lexicografia Pedagógica ou Didática, área de conhecimento fundamentada na perspectiva da necessidade de adequação do dicionário escolhido ao nível e projeto de ensino. Seu desenvolvimento é motivado pela concepção inicial de que todo e qualquer dicionário é um instrumento didático já que traz inúmeras informações sobre a língua e a cultura. Não obstante essa abrangência, especificamente, a Lexicografia Pedagógica costuma:

[...] restringir-se a dicionários pedagógicos (DPs), e esses são um tipo especial de obras de referência. Sua característica é que eles pretendem levar em conta as habilidades (e, portanto, também as dificuldades) e as necessidades de consulta dos aprendizes de língua. (WELKER, 2011, p. 105)

A Lexicografia Pedagógica é um domínio de conhecimentos teóricos, mas também de práticas com amplo desenvolvimento editorial. No mundo todo, vem crescendo em razão

da consciência sobre o importante papel dos dicionários para o ensino/aprendizagem de línguas. Sua origem teórica relaciona-se ao campo das línguas estrangeiras, onde o papel dos dicionários é mais evidente, motivando diversos estudos sobre estruturas formais das obras lexicográficas.

No caso da língua materna, a problemática do dicionário escolar tem sido privilegiada, compreendendo desde análises relacionadas à estrutura organizacional até o exame das condições de aproveitamento de dicionários destinados à escola. Assim, a Lexicografia Pedagógica postula que não há apenas um dicionário escolar, mas dicionários destinados à escola. Igualmente, postula que a escolha do dicionário para uso na escola necessita estar relacionada com os distintos projetos de ensino/níveis de aprendizagem. Em consequência, é importante para a Lexicografia Pedagógica oferecer subsídios para tornar o uso do dicionário produtivo e orientado para o ensino e aprendizagem de línguas.

Esses postulados e objetivos são relevantes, considerando que o dicionário de língua é pouco e mal explorado pelos professores por razões já referidas. Pode parecer paradoxal, já que os dicionários são obras sempre presentes, no entanto nem sempre adequadamente conhecidas. Em geral, o desconhecimento abrange não só aspectos de sua organização interna, como também envolve a forma de manuseá-los. Mais ainda, as partes introdutórias dos dicionários, onde constam orientações aos usuários raramente são consultadas.

Como observamos, são várias as razões que deixam o docente e também o aluno carentes de orientações para um produtivo aproveitamento dos dicionários. Essa é uma lacuna a ser suprida, dada a grande valia que representa um produtivo uso de dicionário monolíngue para o aprendizado da língua materna, bem como de outras disciplinas e saberes que os dicionários também contemplam, dado que são obras pragmáticas multifuncionais que cobrem o componente lexical das línguas em múltiplas realizações.

Dicionários escolares

Mas, como não há apenas “um dicionário”, mas “o dicionário” adequado para distintos níveis e projetos de ensino, torna-se importante lançar um olhar para a diversidade tipológica das obras, que, a rigor, é determinada pelas propostas lexicográficas distintas, ou seja, os princípios organizacionais e os resultados são diferentes.

A título de ilustração da problemática da diferença constitutiva dos dicionários monolíngues, vale lembrar que obras podem ser estruturadas com base em critérios como representação da língua e extensão da nomenclatura, entre outras possibilidades. O critério de representação da língua pode cobrir uma organização de natureza prescritiva ou descritiva. No primeiro caso, o registro do léxico procura ser exaustivo e fundamenta-se em obras literárias, já que elas representam a melhor expressão linguística. Essa é uma orientação típica de uma Lexicografia mais antiga, permeada de abonações de autores literários. São dicionários que fazem escolhas do bom uso da língua como modelo a ser seguido, mas que não perseguem a ideia de repertório geral da língua.

Diferentemente de um dicionário de orientação prescritiva, o de princípio descritivo estabelece o registro léxico como resultado de pesquisa em grandes *corpora* constituídos por textos de diversos gêneros. O princípio de registro é o da frequência de uso e conseqüentemente da aceitabilidade dos usos lexicais, o que caracteriza as obras mais atuais, por vezes,

denominadas de dicionários de usos. Nesse tipo, são frequentes também cortes temporais, pois se palavras novas são cunhadas cotidianamente, muitas outras caem desuso. É com esses princípios que se articula:

[...] uma lexicografia baseada fundamentalmente na comunicação, que parte do valor intrínseco do vocabulário no processo comunicacional, dos modos de uso e das situações de uso de uma unidade léxica dentro de uma coletividade linguística. (HAENSH; WOLF; ETTINGER; WERNER, 1982, p. 19)

Sob o ângulo da extensão do conjunto das entradas, componente que também é chamado de nomenclatura ou de macroestrutura, os dicionários mais comuns nas sociedades contemporâneas podem enquadrar-se nas seguintes classificações:

- 1) dicionário-padrão, com uma nomenclatura (macroestrutura) de 50.000 palavras-entrada aproximadamente, podendo estender-se até 70.000 verbetes;
- 2) dicionário escolar, em que a nomenclatura de 25.000 palavras-entrada, aproximadamente;
- 3) dicionário infantil – faixa etária: menos de 7 anos – nomenclatura de 5.000 palavras. (BIDERMAN, 2001, p. 132)

Biderman avalia a adequação desses padrões ao perfil do usuário, salientando que um repertório lexical composto por 50.000 verbetes é mais do que suficiente para o grande público, tendo em vista que “um homem culto domina, no máximo, 25.000 palavras (ou mais) no seu léxico tanto ativo como passivo” (2001, p. 134).

Todo esse conjunto de variáveis do universo dos dicionários afeta também o chamado dicionário escolar, cujo conceito é ainda bastante impreciso, apesar de ser considerado uma categoria lexicográfica (DAMIM, 2005). Convém lembrar da larga tradição de identificar como escolar as obras do tipo minidicionário. Isto porque a compreensão do caráter escolar costuma estar associada mais às dimensões reduzidas do que à efetiva adequação ao ensino/aprendizagem da língua.

As versões sintéticas, raramente, são elaboradas com critérios organizacionais explícitos e, sobretudo, adequados à escola. Isso significa enfatizar que a estrutura de um dicionário destinado a uso na escola deve ser determinada em função do perfil do consulente visado. O perfil é muito importante, pois podem ser usuários de um dicionário tanto alunos iniciantes na aprendizagem da língua materna, quanto alunos de nível médio e, ainda, os de nível mais avançado. A elaboração do dicionário deve, portanto, tal como um livro didático, levar em consideração essa diversidade de usuários e, conseqüentemente, suas necessidades e desafios de aprendizagem.

No Brasil, o avanço da produção lexicográfica destinada à escola foi altamente impulsionada pela compreensão do Ministério da Educação (MEC) de que os dicionários desempenham papel importante no aprendizado da língua materna. Isso foi determinante para sua inclusão no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), traduzindo diretrizes de uma importante política pública, de âmbito nacional, no plano da lexicografia direcionada para a escola. A inclusão de dicionários para o ensino fundamental das escolas públicas nacionais vem desde 2001. No entanto, para o PNLD 2006, foram adotadas diretrizes inovadoras, ao abrir a inscrição de três tipos distintos de dicionários, assim formalizados no Edital.¹

¹ O texto do edital e outras importantes informações do PNLD encontram-se em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 16 jan. 2012.

Dicionários de tipo 1:

Número de verbetes: mínimo de 1000 e máximo de 3000. Proposta lexicográfica adequada à introdução do alfabetizando ao gênero dicionário.

Dicionários de tipo 2:

Número de verbetes: mínimo de 3.500, máximo de 10.000. Proposta lexicográfica adequada a alunos em fase de consolidação do domínio da escrita.

Dicionários de tipo 3:

Número de verbetes: mínimo de 19.000 e máximo de 35.000. Proposta lexicográfica orientada pelas características de um dicionário padrão, porém adequada a alunos das últimas séries do primeiro segmento do Ensino Fundamental.

A proposta do MEC (PNLD 2006):

- no âmbito do PNLD, só havia possibilidade de inscrição de obras do tipo 3 (minidicionários);
- a ampliação do quadro tipológico de obras destinadas ao ensino fundamental evidencia que não há uma categoria específica de dicionário escolar, mas dicionários adequados para a escola.

Em síntese, a nova proposição diferencia-se das versões anteriores em vários aspectos, cabendo destacar três componentes essenciais:

- a) a definição de uma tipologia de dicionários para a escola;
- b) a adoção do princípio de adequação entre tipo de obra e nível de aprendizado do aluno;
- c) a exigência de explicitação da proposta lexicográfica.

Conforme podemos observar, a categorização apresentada é bastante genérica tanto sob o prisma da denominação, quanto de aspectos estruturais. No entanto, teve o mérito de quebrar com a tradicional associação entre dicionário escolar e minidicionário. Do ponto de vista estrutural, o critério explícito é do número de entradas, tendo sido feita uma relação com etapas específicas de ensino, ou seja, alfabetização para o tipo 1, consolidação do domínio da escrita para o tipo 2, ficando o tipo 3 relacionado ao ciclo final do Ensino Fundamental. É ainda importante observar que a denominação dos tipos 1, 2 e 3 é interessante, pois permitiu fugir de títulos comuns e, em geral, aleatórios que recebem obras que circulam no mercado editorial a exemplo de dicionário infantil, infanto-juvenil, escolar etc.

O final do processo avaliativo do PNLD 2006 resultou na indicação de 18 obras, as quais deviam constituir dois tipos de acervo para as salas de aula, conforme se lê:

Público-alvo	Acervos	Ensino Fundamental de oito anos	Ensino Fundamental de nove anos
Turmas em fase de alfabetização	Acervo 1 Composto por dicionários de Tipo 1 e Tipo 2	1ª e 2ª séries	1º ao 3º ano
Turmas em processo de desenvolvimento da língua escrita	Acervo 2 Composto por dicionários de Tipo 2 e Tipo 3	3ª e 4ª séries	4º e 5º anos

Cada um dos acervos acabou constituído por 9 títulos, sendo o de número 1 composto por 7 dicionários do tipo 1 e 2 do tipo 2; enquanto o acervo 2 compreendeu 7 dicionários do tipo 3 e 2 do tipo 2.

Na mesma direção de avanço tipológico, o Edital Dicionários – ano 2012, também estabelecido e divulgado pelo MEC através do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE), amplia ainda os tipos de dicionários para o ensino, chegando ao tipo 4 e reformulando alguns dados estruturais. O próprio Edital apresenta as respectivas caracterizações, os correspondentes níveis de ensino e as estruturas básicas de cada tipo:

Dicionários de tipo 1 - 1º ano do ensino fundamental

Caracterização:

- Mínimo de 500 e máximo de 1.000 verbetes;
- Proposta lexicográfica adequada às demandas do processo de alfabetização inicial.

Dicionários de tipo 2 - 2º ao 5º ano do ensino fundamental

Caracterização:

- Mínimo de 3.000 e máximo de 15.000 verbetes;
- Proposta lexicográfica adequada a alunos em fase de consolidação do domínio tanto da escrita quanto da organização e da linguagem típicas do gênero dicionário.

Dicionários de tipo 3 - 6º ao 9º ano do ensino fundamental

Caracterização:

- Mínimo de 19.000 e máximo de 35.000 verbetes;
- Proposta lexicográfica orientada pelas características de um dicionário padrão de uso escolar, porém adequada a alunos dos últimos anos do ensino fundamental.

Dicionários de tipo 4 - 1º ao 3º ano do ensino médio

Caracterização:

- Mínimo de 40.000 e máximo de 100.000 verbetes;
- Proposta lexicográfica própria de um dicionário padrão, porém adequada às demandas escolares do ensino médio, inclusive o profissionalizante.

As proposições do MEC, embora ainda pouco definidas, têm o mérito de apresentar as caracterizações mínimas das tipologias solicitadas. Mais que isso, são definidos os cruzamentos entre tipo de obra e público a que se destina. Esse cruzamento é a condição

necessária para que nasça uma real lexicografia pedagógica. No entanto, essa condição sozinha não assegura a qualidade pretendida de modo que os dicionários usados na escola funcionem efetivamente como reais instrumentos didáticos.

A ideia de qualidade de um dicionário escolar, tradicionalmente, foi confundida com um ideal de concisão, já que se tratava sempre de minidicionários, que, com frequência, costumam ser versões menores de dicionários mais extensos. Em geral, não há uma redução criteriosa do número de verbetes, bem como se cortam dados que acarretam prejuízo de qualidade informativa. A perda quantitativa e qualitativa do léxico inventariado costuma evidenciar-se, por exemplo, através da insuficiência do registro de sintagmas, expressões e fraseologias. Isso para referir apenas uma determinada conformação morfossintática de elementos da língua que, não raro, chega a ser totalmente apagada em alguns tipos de dicionários escolares. Ao mesmo tempo, é comum a ausência de informações relativas ao funcionamento da língua, dada a desconsideração pelo registro da diversidade sociolinguística de uso do léxico.

Diante desse tipo de problema, no mínimo, quatro componentes básicos devem ser rigorosamente observados independentemente do tipo de dicionário escolar: a seleção de entradas, o conjunto das informações do verbete, o nível de linguagem e a forma gráfica. Isso para que as informações lexicográficas sejam compreendidas e aproveitadas pelos usuários-alunos. Ao mesmo tempo, toda a problemática do dicionário escolar não pode descuidar da regra de ouro que é a de um adequado tratamento dos dados, o que atinge a todos os componentes (KRIEGER, 2011).

De fato, uma boa obra deve refletir princípios teóricos e metodológicos da Lexicografia descritiva, ou seja, aquela que organiza os dados e as informações à luz de descrições linguísticas que levam em conta os itens léxicos em sua virtualidade e nas realizações contextuais. De toda forma, as definições do MEC, em relação aos dicionários escolares, produziram um impacto positivo no mercado editorial brasileiro. Hoje, há uma produção respeitável, capaz de oferecer produtos estruturados em função de perfis estudantis e respectivos níveis de aprendizagem. É um caminho importante para o aperfeiçoamento da Lexicografia Pedagógica aplicada. Contudo, a circulação dessas obras ainda está restrita ao ensino público, merecendo maior divulgação.

Junto à existência de uma produção lexicográfica mais qualificada, há também um avanço nos estudos de lexicografia pedagógica, mas que também circulam em âmbitos restritos. Muito pouco de tudo isso tem chegado à escola, o que motiva ainda mais esta explanação que se alinha ao pensamento de que:

aunque la llamada “lexicografía didáctica” ha experimentado un espectacular desarrollo en los últimos tiempos, el lugar que ocupa el diccionario en la enseñanza del español está lejos de alcanzar el que le corresponde, teniendo en cuenta su reconocida utilidad como instrumento de aprendizaje. (AZORÍN FERNANDES, 2007, p. 169)

É preciso então romper barreiras para que as finalidades teóricas e aplicadas da Lexicografia Pedagógica cumpram seu destino e fique mais evidente o potencial dos dicionários de língua como instrumentos didáticos.

O dicionário de língua e seu potencial pedagógico

De forma reiterada, temos dito que o dicionário é um potencial instrumento didático para o aprendizado da língua materna, pois se trata do único tipo de obra que oferece informações sistematizadas sobre o léxico de um idioma, bem como sobre os componentes - gramatical, linguístico e discursivo - das unidades lexicais. Para ilustrar esse pensamento, podemos avaliar sua funcionalidade em relação a alguns focos específicos dos planos de ensino, a saber: a) alfabetização e letramento; b) desenvolvimento da competência de leitura e de produção textual; c) descrição da língua.

Em relação à alfabetização e letramento, o dicionário favorece a identificação do alfabeto e sua ordenação, da silabação. Inclui-se aí um reforço no reconhecimento de que a escrita não é representação direta, mas convencionada da fala. Isso, além da natural iniciação a informações linguísticas e semânticas que mesmo uma obra simplificada traz.

Em relação ao desenvolvimento da competência de leitura e de produção textual, são múltiplos os recursos que o dicionário oferece, a iniciar pela informação a respeito do sentido único ou dos múltiplos significados das palavras. A dimensão semântica, articulada pelas definições e pelas redes de acepções nos casos de polissemia, torna ainda evidente o papel dos contextos para a determinação dos significados. De igual modo, o próprio conhecimento da existência de itens lexicais simples ou sintagmáticos por si só já significa uma ampliação do acervo lexical do aluno.

Com base nas informações que alguns tipos de obra oferecem, é possível explorar o dicionário em estudos que envolvem relações de forma e de conteúdo entre palavras: cognatos, sinônimos, antônimos, homônimos. De igual modo, nos estudos descritivos da língua, podem ser analisados aspectos morfológicos como:

- a) formação do léxico: morfologia, etimologia, neologia etc.;
- b) constituição heterogênea do léxico: termos técnico-científicos, áreas de especialidade;
- c) informações sobre as classes gramaticais, junto à distinção entre palavras lexicais e gramaticais.

Muitas outras possibilidades podem ser exploradas, incluindo a observação da transitividade verbal e dos contextos exemplificativos. Mais ainda, é possível explorar aspectos lógicos dos enunciados definitórios que, em geral, são problemáticos seja pela insuficiência de informações, seja por outros problemas como a circularidade informativa ou inadequado nível de linguagem, considerando o consulente/estudante. São exemplos de insuficiência de informações, definições como:

- *Gaturamo* - pássaro canoro.
- *Morango* - pequena fruta vermelha.
- *Tônica* - sílaba ou vogal tônica.

Por sua vez, definições nada elucidativas estão representadas por:

- *Abiótico* - relativo à abiose.
- *Acutângulo* - cujos ângulos são agudos.

Um último exemplo de definição, cujo nível linguístico, em princípio, não é adequado para dicionário escolar:

- *Abacaxi* – 1. bromeliácea de infrutescência carnosa, comestível. 2. essa infrutescência. (KRIEGER, 2011, p. 83)

Os exemplos dados, como já dissemos, apenas ilustram possibilidades de aproveitamento dos dicionários que reafirmamos consiste num “um lugar privilegiado de lições sobre a língua”.

À guisa de conclusão, reiteramos que a Lexicografia Pedagógica precisa estar mais presente nas escolas. Tanto professor como aluno são beneficiados quando há maior conhecimento e decorrente aproveitamento de dicionários escolares distintos. Importante sempre é que as obras sejam adequadas aos distintos níveis e às diferentes fases de ensino da língua materna.

Para tanto, é necessário que o docente conheça bem cada uma das obras que tem a sua disposição, conforme argumenta um dos mais renomados pesquisadores espanhóis de Lexicografia:

O professor deve conhecer seriamente cada uma das obras lexicográficas existentes, ou ao menos as mais importantes para cada período de escolaridade. Mas, infelizmente, isto quase nunca acontece, deixando-se levar pela propaganda, quase sempre interessada, do editor ou por conselhos de livreiros ou de outras pessoas que nem sempre são autorizadas na matéria. (ALVAR EZQUERRA, s.d., p. 166)

Esse conhecimento é essencial para que se possa entender também que a ausência de uma palavra desqualifica um dicionário. Os parâmetros qualitativos passam por outros caminhos e dificilmente um dicionário, mesmo de alcance geral, pode conter todas as palavras de uma língua, sobretudo porque o léxico é o componente linguístico que mais se expande, dado que expressa a inter-relação com o mundo exterior. É através dele que o homem nomeia todos os elementos da realidade física, cultural, científica, subjetiva e ideológica que o circundam. De fato, o acervo lexical existente nas sociedades de culturas é imenso, e levar o aluno a compreender esse fato já é um caminho aberto para a ampliação de sua competência no uso da língua materna.

REFERÊNCIAS

ALVAR EZQUERRA, M. Función del diccionario en la enseñanza de la lengua. In: _____. *Lexicografía descriptiva*. Barcelona: Bibliograf, [s.d.]. p. 165-180.

AZORÍN FERNANDES, D. La investigación sobre el uso del diccionario en el ámbito escolar. In: ISQUERDO, A. N.; ALVES, I. M. (Orgs.). *Ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. v. 3. Campo Grande: UFMS; São Paulo: USP, 2007. p. 169-191.

BIDERMAN, M.T. Os dicionários na contemporaneidade: arquitetura, métodos e técnicas. In: OLIVEIRA, A.M.P.P.; ISQUERDO, A.N. (Orgs.) *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. 2. ed. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2001. p. 131-144.

DAMIM, C. P. *Parâmetros para avaliação do dicionário escolar*. 2005. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

GUERRA, A. M. M. (Coord.) *Lexicografía española*. Barcelona: Ariel Lingüística, 2003.

HAENSH, G.; WOLF, L.; ETTINGER, S.; WERNER, R. *La lexicografía: de la lingüística teórica a la lexicografía práctica*. Madrid: Gredos, 1982.

KRIEGER, M. G. Dicionário de língua: um instrumento didático pouco explorado. In: TOLDO, C.S. (Org.) *Questões de Linguística*. Passo Fundo: UPF Editora, 2003. p. 70-87.

_____. Termos técnico-científicos em minidicionários: problemas de inclusão e de definição. In: CARVALHO, O.L. de Saboia; BAGNO, M. (Orgs.) *Dicionários escolares: políticas, formas e usos*. São Paulo: Parábola, 2011. p. 73-85.

PRADO ARAGONÉS, J. El diccionario como recurso para la enseñanza del léxico: estrategias y actividades para su aprovechamiento. In: AYALA CASTRO, M. (Org.) *Diccionarios y enseñanza*. Alcalá, Universidad de Alcalá, 2001. p. 205-226.

REY, A. *La lexicologie; lectures*. Paris: Klincksieck, 1970.

_____. *Le lexique: images et modèles, du dictionnaire à la lexicologie*. Paris: Colin, 1977.

WELKER, Herbert Andreas. Questões de lexicografia pedagógica. In: XATARA, C.; BEVILACQUA, C. R.; HUMBLÉ, P. R. M. (Orgs.) *Dicionários na teoria e na prática: como e para quem são feitos*. São Paulo: Parábola, 2011. p. 103-113.